

CORREÇÃO MONETÁRIA

CONTRATO DE FINANCIAMENTO

AUTO-FALÊNCIA — CREDOR QUIROGRAFÁRIO - DECRETO 7.661/45 - DIFICULDADE FINANCEIRA

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DAª VARA DA FAZENDA PÚBLICA, FALÊNCIAS E CONCORDATAS DA COMARCA DE, entidade jurídica de direito privado, com sede e foro nesta Capital, na Rua nº, por seu procurador e advogado, ao final assinado, "ut" instrumento de mandato incluso (doc. nº), bacharel inscrito devidamente na OAB/.... sob nº, com escritório na Rua nº, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência para, com fundamento no artigo 8º do Decreto-Lei nº 7.661, de 21.06.45, requerer a declaração de sua FALÊNCIA para o que passa a expor e afinal requer o seguinte: 1. A requerente tem personalidade jurídica desde de de, quando arquivou na Junta Comercial do Estado do o seu Contrato Social, o qual recebeu o nº, que será evidenciado que o objeto mercantil é a compra e venda de materiais elétricos, projetos e instalações elétricas, conforme consta em seu Contrato Social e Alteração (docs. nº e). 2. A sociedade é, atualmente, composta de dois sócios, Srs. (qualificação), investido das funções de gerente da sociedade, e, (qualificação), ambos residentes e domiciliados nesta Capital, sendo o Capital Social da empresa de R\$ (....), totalmente subscrito pelos sócios, na seguinte proporção: - com cotas ou R\$ - com cotas ou R\$ 3. A empresa, desde o início de suas atividades, alcançou posição até certo ponto invejável no ramo da engenharia elétrica e projetos elétricos, tendo adjudicado diversas obras, não somente com empresas particulares, mas como também figuradas ao rol de seus clientes, sociedades de economia mista (....) e órgãos da administração pública (....), mediante concorrências públicas, tendo a requerente nesta ocasião, investido em mão de obra especializada e equipamentos (veículos, peças e ferramental próprio), grande parte com recursos de entidades financeiras, visto o rápido ritmo de desenvolvimento que se apresentava, praticamente, voltando suas atividades quase que exclusivamente para os órgãos públicos, deixando para plano secundário as obras particulares. 4. Daí em diante, começaram a aparecer as primeiras dificuldades com que se defrontou a empresa, tais como, nos pagamentos por esses órgãos, o que, conseqüentemente, resultou no atraso de pagamento de seus compromissos para com seus credores e especialmente com seus empregados (peões de obras), -- sabe-se que não recebendo no dia aprazado o seu salário, no dia seguinte não trabalham, o que é comum nesse ramo -- procedidos estes pagamentos, com acréscimo de juros e muitas vezes na Justiça do Trabalho. 5. A empresa de qualquer forma, vinha suportando com recursos próprios a todos esses encargos, já com bastante dificuldade, aliado ao fato da retração bancária que em, culminou com o desequilíbrio econômico-financeiro da empresa, tendo sido protestado em data de de de o primeiro título de sua responsabilidade. 6. Protestado o primeiro título, evidentemente, os outros credores, com justo receio de terem seus créditos preteridos, agiram da mesma forma, ocasionando uma verdadeira corrida aos cartórios de protesto. 7. Ainda assim, a requerente continuou trabalhando na tentativa de se recuperar, procurando compor com seus credores novações das dívidas, uma vez que tinha vencido duas Concorrências Públicas para execução de obras junto a, (uma das quais já havia procedido o necessário depósito de caução no início das obras), -- cujos valores desses contratos ultrapassaram o montante de R\$ (....) -- para execução em dias, cujos contratos seriam negociados com entidades financeiras previamente consultadas, o que proporcionaria a liquidação total de seu passivo. Ocorreu porém, que o Governo Federal determinou a suspensão de todas as contratações de Obras do e (....), inclusive determinando a paralisação de obras em andamento, uma vez que foi constatado um déficit extraordinário em decorrências de suas obras, conforme foi amplamente divulgado pela imprensa do País. Esta última

esperança, gerou, imediatamente, a execução de títulos, inclusive pedidos da falência de parte de seus credores, dos quais, ainda numa derradeira tentativa de surgimento da empresa, foram tentadas várias composições amigáveis, conforme se verifica na cópia anexa (doc. nº ...). 8. Atualmente, a empresa se encontra em situação difícil, o que lhe impede saldar os seus débitos, e, somente "ad argumentandum", é obrigada a entregar o imóv